cerado que escreveu sua obra mais famosa: “Cadernos do Cárcere”. Um grande defensor da luta de classes, Gramsci pensou na instrução da classe operária, entendendo que através do conhecimento ocorre a verdadeira revolução. A grande contribuição dos relatos de Gramsci sobre o almejado sistema de ensino faz-se presente na educação da atualidade, sendo que é um filósofo considerado em todos os cursos de licenciatura, além de ser reconhecido na economia, política, filosofia, entre ouras áreas. Pode-se concluir dentro do pensamento de Gramsci que sua consciência de mundo ampla e visionária resultou em ideias que até a atualidade são respeitadas e seguidas. A transformação da escola ao longo dos anos vê muitos resquícios da escola de Gramsci. Considerando como um dos precursores dos princípios da educação para todos, seu aporte no âmbito educacional lutando por uma proposta de instrução às classes menos favorecidas, fez dele não apenas um filósofo ou idealista político, mas também um educador, ao expor suas ideias e disseminar conhecimentos de tanta relevância para a sociedade, trazendo um grande desenvolvimento intelectual e aflorando uma visão de mundo com maior criticidade.

REFERÊNCIAS

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. **O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 2009.

CARNOY, M. **O Estruturalismo e o Estado: Althusser e Poulantzas: Estado e Teoria Política**. Campinas: Papirus, 1986.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 .

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez , 1996.

JESUS, A. T. de. **O pensamento e a prática escolar de Gramsci**. Campinas/SP: Edição. Autores Associados, 2005.

NOGUEIRA, M. A. **Gramsci desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de sociedade civi**l. Educação em Foco, Juiz de Fora, 2001.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

ROIO, M. D. **Gramsci e a educação do educador**. Caderno Cede. Campinas, 2006.

SCHLESENER, Anita Helena. **Antônio Gramsci e a política italiana: pensamento, polêmicas, interpretação**. 2005.

Alfabetização e Letramento: A Importância de Conciliar Dois Processos Distintos, mas Indissociáveis

Patricia Silva Vieira

RESUMO

Diante da defasagem de aprendizagem apresentada no final do ciclo de alfabetização e das mudanças propostas para a redução do referido ciclo em apenas dois anos, no qual a criança deverá estar alfabetizada até o final do 2º ano do ensino Fundamental, o presente artigo visa refletir acerca dos processos de Alfabetização e Letramento na perspectiva Construtivista. Incitando assim a reflexão por parte dos docentes acerca de suas práticas pedagógicas bem como a importância de conciliar esses processos durante o ciclo de alfabetização, a fim de cooperar para a redução dos índices de fracasso que lamentavelmente favorecem a manutenção das desigualdades sociais no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização, Letramento, Alfabetizar Letrando.

INTRODUÇÃO

O baixo nível das competências leitora, escritora e reflexiva dos estudantes brasileiros, denunciados pelas avaliações externas entre alunos das escolas públicas demandam que sejam desenvolvidos estudos acerca desses desafios, a fim de entendermos o que está acontecendo e refletirmos sobre possíveis alternativas que visem minimizar esse problema.

O tema abordado, se faz relevante por conta da defasagem de aprendizagem apresentada no final do ciclo de alfabetização, em que muitos educandos não desenvolvem as competências leitora, escritora e reflexiva necessárias para o avanço na aprendizagem de outros conteúdos curriculares, sendo atualmente, um dos maiores desafios dos educadores.

Nessa perspectiva, diante da mudança no tempo de duração do ciclo de alfabetização, surge a necessidade de estudos referentes aos processos de alfabetização e letramento que de certa forma precisam ser repensados para que suas práticas sejam desenvolvidas com sucesso, alcançando os direitos de aprendizagem, em apenas dois anos.

A investigação a ser realizada neste artigo classifica-se como explicativa e segue a linha dos estudos qualitativos, apresentando uma abordagem indireta. No que tan-

ge ao procedimento, fez-se a opção pelo método dedutivo, visto que a pesquisa bibliográfica surge como um meio para a reflexão e compreensão do tema, mas não limitam os questionamentos e os argumentos apresentados pelos teóricos apontados na pesquisa.

Sendo assim, irá propiciar aos educadores momentos de reflexão sobre suas práticas e a necessidade de reinventar-se, buscando desenvolver um olhar sensível diante dos educandos a fim de garantir os direitos de aprendizagem e consequentemente diminuir os índices de defasagem de aprendizagem que estão cada dia mais patentes na escola, possibilitando assim a formação do cidadão crítico e reflexivo, agente transformador da sociedade.

Para tanto, este artigo pretende iniciar a discussão apresentando os conceitos de Construtivismo, Alfabetização e Letramento, o que dizem os teóricos sobre as práticas desses processos, bem como a importância de conciliá-los no ciclo de Alfabetização.

1. OS CONCEITOS DE CONSTRUTIVISMO, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

1.1. CONSTRUTIVISMO

O Construtivismo pode ser caracterizado como uma corrente de pensamento que se destacou, especialmente no campo das teorias pedagógicas, desenvolvido pelo psicólogo e epistemólogo suíço Jean Piaget (1896-1930) no início da década de 1980. Piaget foi reconhecido por dedicar sua obra ao entendimento dos processos de aquisição do conhecimento humano, que segundo seus estudos o processo da aprendizagem acontece por meio da interação do indivíduo com o objeto de conhecimento e com o meio.

A teoria Piagetiana tem como um dos princípios básicos, o fato de que os estímulos oportunizados ao sujeito favorecem o processo de transformação de seus esquemas por meio da assimilação e da tentativa de acomodação do novo conhecimento construído.

Para Coll e Solé (1997, p.19), a concepção construtivista baseia-se no fato de que a escola é um dos meios de acesso às informações culturais que serão imprescindíveis para a progressão dos indivíduos, por meio da construção do conhecimento, que vai além do aspecto cognitivo, sendo a educação incitadora do desenvolvimento integral do mesmo, incluindo a inserção social, a capacidade de equilíbrio pessoal, a relação interpessoal bem como o desenvolvimento motor.

Desse modo, o sujeito deve ser o centro do processo de ensino aprendizagem sendo agente ativo na elaboração pessoal do conhecimento, que ao mesmo tempo, dependerá da participação de outros significativos importantes para sua a efetivação.

Conforme os estudos de Coll e Solé a concepção construtivista:

> [...] assume todo um conjunto de postulados em torno da consideração do ensino como um processo conjunto compartilhado, no qual o aluno graças à ajuda que recebe do professor, pode mostrar-se progressivamente competente e autônomo na realização de tarefas, na utilização de conceitos, na prática de determinadas atitudes e em numerosas questões (COLL SOLÉ, 1997, p.22).

Nesse sentido, entende-se a concepção construtivista como um referencial teórico que propiciará ao docente a reflexão acerca da ação educadora com a finalidade de orientar as decisões em relação as suas práticas, haja vista, sua importância dentro do processo de ensino e aprendizagem, que de acordo com Coll e Solé é imprescindível, sendo o mediador desses conhecimentos e portanto:

> [...] essa ajuda, que varia em qualidade e quantidade, que é contínua e transitória e que se traduz em coisas muito diversas – do desafio à demonstração minuciosa, da demonstração de afeto à correção – que se ajustam às necessidades do aluno, é, no sentido de progredir em suas capacidades. E isso acontece dessa forma porque essa ajuda situa-se na zona de desenvolvimento proximal do aluno, entre o nível de desenvolvimento efetivo e o nível de desenvolvimento potencial, zona em que a ação educativa pode alcançar sua máxima incidência (COLL e SOLÉ, 1997,p.23).

Assim sendo, a prática construtivista também requer uma metodologia de trabalho e uma organização curricular previamente planejada, pois os sujeitos não se encontram no mesmo ponto de partida, nem aprendem ao mesmo tempo e do mesmo modo, ainda que se encontrem em uma mesma turma ou ano.

Dessarte, o mediador, por meio de uma metodologia que propicie ao educando uma participação ativa, tem como objetivo a construção do conhecimento a partir dos conhecimentos prévios que cada indivíduo carrega consigo visando a representação pessoal de cada um em relação ao objeto, realidade ou conteúdo a ser aprendido, pois segundo Coll e Solé:

> Nesse processo, não só modificamos o que já possuímos, mas também interpretamos o novo de forma peculiar, para poder integrá-lo e torna-lo nosso. Quando ocorre esse processo, dizemos que estamos aprendendo significativamente, construindo um significado próprio e pessoal para um objeto de conhecimento que existe objetivamente (COLL e SOLÉ, 1997,p.20).

Portanto, o construtivismo tem como pressuposto a diversidade, e para tanto o agente mediador dos conheci-

mentos terá que dispor de critérios e referenciais que o auxiliem a compreender o que acontece em sala de aula, o que funcionou e o que precisa ser reelaborado a fim de estabelecer estratégias que atendam a todos os indivíduos no que tange à construção do conhecimento dentro do processo de ensino e aprendizagem.

1.2. ALFABETIZAÇÃO

De acordo com Soares (2008), alfabetização, em seu sentido próprio é o processo de aquisição do código escrito, bem como das habilidades de leitura e escrita.

Antes dos estudos realizados acerca da Psicogênese da Língua Escrita, acreditava-se que o processo de aquisição do sistema de escrita alfabética estava relacionado à um preparo do indivíduo no que tange ao desenvolvimento da coordenação motora e de habilidades perceptivas desenvolvidas na Educação Infantil ou nos primeiro meses do 1º ano para então iniciarem a alfabetização.

Nesse período o ponto de partida para o processo de alfabetização eram os métodos sintéticos, analíticos e analíticos-sintéticos e a aprendizagem do código alfabético realizava-se pela transmissão das unidades da língua, cuja a progressão era pré- determinada, sendo das unidades mais fáceis para as mais difíceis. Desse modo, eram ensinados letras, sílabas e palavras por meio da utilização dos textos das cartilhas, ou seja, um ensino descontextualizado, baseado na memorização e repetição, no qual o erro deveria ser evitado e que desconsiderava os saberes das crianças acerca da escrita alfabética.

Entretanto, com as pesquisas realizadas no início dos anos 80 por Emília Ferreiro e Ana Teberosky acerca da Psicogênese da Língua Escrita, constatou-se novos elementos nesse processo por meio da análise de como se ocorre o processo de alfabetização na perspectiva de quem aprende e apontam que a construção da língua escrita acontece por níveis, sendo esses:

> 1- Pré-silábico, na qual o sujeito escreve por meio de garatujas, compostos por linhas e curvas, podendo incluir algumas letras e números além de desenhos;
>
> 2- Silábico, na qual o grafismo já se assemelha às letras e o sujeito passa a refletir sobre a quantidade mínima de três letras e sua variedade para se escrever uma palavra;
>
> 3- Silábico com valor, na qual o sujeito tenta atribuir um valor sonoro às letras que compõe sua escrita, e utiliza uma letra para cada sílaba;
>
> 4- Silábico Alfabético, no qual o sujeito passa a refletir sobre sua escrita percebendo a contradição entre a escrita silábica e a sonoridade da palavra, que precisa de mais de uma letra para cada sílaba;
>
> 5- Alfabético, na qual o sujeito chegará ao final da evolução em relação às hipóteses da escrita, surgindo a partir de agora as dúvidas e dificuldades acerca da ortografia das palavras.

Embora esse processo seja aparentemente simples, para concluir esses níveis a criança superou muitos conflitos por meio do seu raciocínio inteligente, e muita reflexão sobre sua escrita em busca de sentido e significado para a mesma, ou seja, um grande esforço cognitivo dentro do processo de construção efetivo.

Para fundamentar essa discussão pode-se dizer que Alfabetização é a apropriação do sistema alfabético, a aquisição da tecnologia do ler e do escrever por meio da codificação de sons em letras ou grafemas e a decodificação de letras ou grafemas em sons, que segundo Ferreiro e Teberosky (2007), é um processo de construção no qual o educando é sujeito ativo, criando as hipóteses acerca da língua escrita.

Por conseguinte, percebemos a importância de todo esse processo, tanto na realização de uma sondagem acertada pelo docente, que servirá de parâmetro para propiciar atividades aos educandos, adequando-as à cada nível e levando-os a realizar tais reflexões com a finalidade de alcançar uma escrita alfabética, quanto na sensibilidade do docente frente às tentativas dessas produções escritas.

1.3. LETRAMENTO

O termo Letramento vem da palavra inglesa literacy, que significa a condição ser letrado, adquirida pela capacidade de ler e escrever.

Segundo Ferreiro e Teberosky (2007), Letramento é o desenvolvimento de competências para utilizar a tecnologia do ler e escrever, inserindo o indivíduo nas práticas sociais de leitura e escrita. De modo que tais competências serão desenvolvidas conforme as experiências que serão propiciadas ao indivíduo para que se aproprie do uso social da leitura e da escrita.

Para Soares, letramento é um estado ou condição de quem interage com diferentes gêneros e variadas práticas de leitura e de escrita, assim como as diferentes funções que desempenham em um determinado contexto (SOARES, 2006), ou seja, o estado ou condição que o indivíduo adquire quando aprende a ler e a escrever, a consciência de ter se apropriado, bem como o exercício das mesmas no seu contexto social por meio dos diversos gêneros.

O letramento é um processo que se inicia a partir do contato do indivíduo com o mundo, de modo que o mesmo pode ser letrado mesmo ser estar alfabetizado por ser capaz de entender a função social da leitura e da escrita, quando se utiliza os gêneros orais como: entrevistas, palestras, novelas, conversas, etc, e gêneros escritos como: receitas, notícias, avisos, poemas, etc.

Pode-se dizer ainda, que há diferentes níveis de letramento, variando de acordo com o contexto, nos quais serão considerados letrados quem for capaz de ler, escrever e interpretar um bilhete simples, assim como os que leem e escrevem uma Tese de Doutorado, conforme aponta Soares (2006, p.49), "há diferentes tipos de letramento, dependendo das necessidades, das demandas do indivíduo e de seu meio, do contexto sócio e cultural".

De sorte que, a partir do momento em que o indivíduo perpassa pelos diversos tipos de letramento, tem como consequência a alteração seu estado em relação à diversos aspectos da sua vida como social, econômico, cultural, linguístico e político.

Sendo o letramento um processo contínuo na vida do indivíduo, se faz necessário garantir à todos a oportunidade de inserção nas práticas da leitura e da escrita a fim de que não aconteça apenas de forma funcional para as ações básicas do cotidiano mas sim, revolucionária despertando o senso crítico do indivíduo para a tomada de consciência da realidade e transformando-a, promovendo uma mudança social.

2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PROCESSOS INERENTES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Diante de um cenário bastante preocupante, no qual educadores têm se deparado com um dos grandes desafios da educação, quando colocados diante dos resultados das avaliações externas dos alunos das escolas públicas, que tem apontado baixo desempenho em relação às competências leitora, escritora e reflexiva dos estudantes brasileiros, é urgente pensarmos acerca de estratégias para melhorar tais resultados.

Embora este seja um tema muito estudado nas últimas décadas, que evidencia a importância de alfabetizar letrando, sob à ótica construtivista, para que o educando se torne ao mesmo tempo alfabetizado e letrado, percebemos que ao final do ciclo de alfabetização, muitos educandos não atingem os direitos de aprendizagem necessários em relação a Alfabetização e ao Letramento.

Diante desses fatos, nos questionamos sobre como e onde esses processos estão se perdendo, que tipo de trabalho pedagógico tem sido desenvolvido com estes discentes acerca da alfabetização e letramento e como conciliá-los buscando inovação e equilíbrio entre os mesmos a fim de atingir os objetivos esperados para este ciclo.

Para iniciar a reflexão, segundo Morais (2012) o reconhecimento da proposta construtivista ocorre por ser a que melhor explica o que é a escrita alfabética e como o indivíduo se apropria da mesma, incluindo princípios como:

> a-Formar pessoas não conformistas, críticas, que lutam pelos seus direitos;
>
> b-Formar pessoas que não só repetem, mecânica ou ordeiramente, o que lhes é transmitido, mas que criam ou recriam conhecimentos e formas de expressão;
>
> c-Formar pessoas que se regem por princípios éticos de justiça social, de redução das desigualdades sócio-econômicas, de respeito à diversidade entre os indivíduos, grupos sociais e povos;
>
> d-Formar pessoas respeitando suas singularidades, seus ritmos de aprendizagem, e elevando em conta em quê especificamente, necessitam ser ajudadas em suas aprendizagens (MORAES, 2012, p.114).

Nessa conformidade, é necessário que o professor tenha consciência e clareza sobre o seu papel (político) dentro destes processos, bem como a necessidade de estar comprometido com seu trabalho, a fim de propiciar ao educando as experiências adequadas para que o mesmo construa novos conhecimentos.

Considerando que, proporcionar tais aprendizagens ao educando é um meio de garantir muito mais que a aquisição da técnica da leitura e da escrita, e sim o acesso a condições de possiblidade da inserção e participação social e cultural, no qual indivíduos marginalizados serão capazes de lutar pela conquista dos seus direitos, bem como de uma transformação social (SOARES, 2008).

Em face de realidades e necessidades tão distintas dentro de uma mesma sala de aula, e do compromisso de garantir os direitos de aprendizagens a todos, o professor precisa ter um novo olhar diante da aprendizagem de cada educando, valorizando cada avanço, consciente de que o conhecimento se constrói nesse processo por diversos caminhos, inclusive com os erros e que estes servirão como ponto de partida para perceber o que é necessário propor para que os mesmos avancem no processo de ensino aprendizagem.

Sendo o ciclo de alfabetização, a base para a continuidade da escolarização do educando se faz necessário que repensemos relativamente as práticas pedagógicas a fim de atribuir a devida importância à aquisição do sistema de escrita alfabética de forma cuidadosa e explicita. Com base nos estudos realizados por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, sobre o que supõem as crianças em relação do sistema alfabético da escrita evidenciou-se que:

> Crianças constroem hipóteses sobre a escrita e seus usos a partir da participação em situações nas quais os textos têm uma função social de fato, frequentemente as mais pobres são as que têm as hipóteses mais simples, pois vivem poucas

> situações desse tipo. Para elas a oportunidade de pensar e construir ideias sobre a escrita é menor do que para as que vivem em famílias típicas de classe média, ou alta nas quais as crianças ouvem frequentemente a leitura de bons textos, ganham livros, gibis, observam o adulto manusearem jornais para buscar informações, recebem correspondência, fazerem anotações, etc (WEISZ e SANCHEZ, 2006, p. 21).

Consequentemente, essa discrepância de oportunidades será percebida em sala de aula, visto que a escola será, para muitos, o único meio de acesso à tais experiências. Dessa forma, estudos realizados acerca da aprendizagem da leitura e da escrita em uma proposta construtivista, segundo Colomer e Teberosky (2008), apontam que cabe ao professor:

> [...] a responsabilidade de organizar atividades nas quais se descobre um jogo de participação ativo, rico em relações sociais: atividades de leitura e de escrita compartilhadas, situações de discussão e argumentação... elementos essenciais para a co- construção do conhecimento (COLOMER e TEBEROSKY, 2008, p. 78).

Assim sendo, é indispensável oportunizar ao educando experiências que envolvam tanto a leitura e produção de texto, quanto a reflexão sobre o sistema da escrita alfabética, para que o educando se aproprie do mesmo. Visto que esse processo não ocorre de forma espontânea, como fora considerado por alguns docentes que realizaram uma má interpretação da teoria construtivista, imaginando que por ser protagonista na construção do conhecimento, não fosse necessário fazer intervenções juntamente ao educando.

Fato que de certa forma contribuiu para a defasagem ao final do ciclo pois a ênfase do trabalho pedagógico foi concentrado apenas no letramento, esperando que a apropriação do sistema da escrita alfabética ocorresse como em um passe de mágica.

Sabe-se que o letramento não se inicia no ciclo de alfabetização e tão pouco se finda no mesmo, pois a cada ano o sujeito se torna cada vez mais letrado conforme as experiências que lhe são propostas no decorrer da vida. Desse modo, é crucial que o docente do ciclo de alfabetização organize e planeje seu trabalho na perspectiva do letramento, mas dando a devida atenção à apropriação do sistema da escrita alfabética, conscientes de que este deve ser concluído com qualidade ao final do ciclo.

Para tanto, precisa incluir as atividades de reflexão acerca das palavras, das sílabas, das letras, das rimas, não por meio de memorização, mas de práticas lúdicas e jogos, além da utilização dos gêneros textuais, explicitando suas funções e propriedades, que auxiliarão o educando a raciocinar e descobrir o que esse sistema nota e como nota, pois a escrita é objeto de conhecimento.

Diante disso, tanto a Alfabetização quanto o Letramento são processos que precisam ser oportunizados ao educando e sendo estes aprendizagens culturais de natureza simbólica, analisados sob a ótica construtivista, é necessário que o professor seja mediador do conhecimento entre o educando e o seu contexto social. De modo que o mesmo construa significado na interação com o material escrito e suas relações sociais, considerando a singularidade de cada indivíduo e a possibilidade de que a escola seja, muitas vezes, o único acesso ao ambiente de alfabetização.

Considerando as pesquisas de Rojo realizadas acerca do níveis de alfabetismo da população brasileira, cujo foco "está relacionado ao conhecimento e às capacidades envolvidas na leitura e na escrita" Rojo (2009), apontam resultados muito aquém do esperado. Tendo utilizado como base a pesquisa do INAF 2001 – Indicador de Alfabetismo Funcional, que aponta somente 26% da população adulta brasileira, com nível pleno de alfabetismo, ainda que este considere apenas a leitura literal dos textos e não a leitura crítica.

À vista disso, para a autora, refletindo sobre as constantes transformações da sociedade, desenvolver o trabalho com a leitura e a escrita que atenda às necessidades dos usuários de hoje:

> [...] é muito mais que trabalhar com a alfabetização ou os alfabetismos: é trabalhar com os letramentos múltiplos, com as leituras múltiplas – a leitura de vida e a leitura na escola - e que os conceitos de gêneros discursivos e suas esferas de circulação podem nos ajudar a organizar esses textos, eventos e práticas de letramento (ROJO, 2009, p. 118).

Dessa maneira, como desenvolver isso na escola, que tipo de letramento devo oportunizar para o meu aluno? Pensando no cidadão contemporâneo, em concordância com Rojo (2009), para além da apropriação da escrita alfabética, se faz necessário a organização de um trabalho que inclua os letramentos semióticos, a leitura e produção de textos nas suas diversas linguagens, verbal, escrita, musical, imagética, corporal, matemática e digital. Além dos letramentos multiculturais, que inclua além da cultura escolar e dominante, as diversas culturas locais e populares em que a escola está inserida, bem como a cultura de massa. De modo que se estabeleça um diálogo entre essas diversas culturas, visto que:

> Essa triangulação que a escola pode fazer, enquanto agência de letramento patrimonial e cosmopolita, entre as culturas locais, global e valorizada é particularmente importante – em especial no Brasil - quando reconhecemos a relevância de se formar um aluno ético e democrático, crítico e isento de preconceitos e disposto a ser "multicultural em sua cultura" e a lidar com a diferenças socioculturais (ROJO, 2009, p. 120).

Conjuntamente, aos anteriores, o letramento crítico, que discorre a respeito de desses textos e produtos das variadas mídias e culturas, de modo crítico, revelando suas ideologias e propósitos.

Para tanto, diante de muitas possibilidades, será necessário fazer escolhas que segundo Rojo (2009) poderá ser administrada conforme a necessidade de ensino de determinada escola, comunidade e discente. Rojo (2009, p.121), ainda acrescenta que, "essas escolhas nunca são neutras, nem impunes, pois o tempo escolar que tomo com um objeto de ensino não será dedicado a outro: cada escolha presentifica um dentre muitos outros perdidos."

Logo, estabelecer tais escolhas requer consciência da imensa responsabilidade atribuída ao ato de educar, dada a complexidade do seu processo inclusive no ciclo de alfabetização, que é imprescindível para a continuidade dos estudos nos ciclos seguintes, assim como para a vida.

CONCLUSÃO

Dada a relevância e peculiaridade do tema, essa é uma discussão que não se esgota aqui, mas nos incita a refletir sobre a práxis docente e como podemos contribuir para minimizar esses índices de fracasso escolar, sendo responsabilidade de todos os educadores promover uma educação de qualidade à todos.

Nesta direção, cabe, neste momento, buscar estratégias para atingir tais objetivos, por meio de um planejamento bem organizado que promova a construção do conhecimento tanto no processo de Alfabetização, tendo em vista a importância de oportunizar a apropriação do sistema da escrita alfabética bem como no Letramento, considerando sua multiplicidade de modo harmonioso, visto que ambos são indissociáveis, possibilitando assim, a emancipação do educando.

Logo, Alfabetizar Letrando é propiciar uma tomada de consciência crítica, tornando o educando participante de um grupo que está em constante evolução social e cultural pois a medida que a leitura e a escrita começam a fazer sentido para ele, surge a necessidade de vive-la em seu contexto social, apropriando-se verdadeiramente de sua prática e consequentemente mudando o seu modo de viver em sociedade.

Portanto, inferimos que a Alfabetização é um processo que ocorre dentro do Letramento, e a conciliação de ambos é muito importante dentro do processo de ensino e aprendizagem, para que o educando tenha contato com a escrita e com o mundo pois alfabetização na perspectiva do letramento é um meio e condição para a conquista e o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

COLL, C.et al. **O Construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

FERREIRO, E.;TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MORAIS,A.G.de, **Sistema de escrita alfabética**.São Paulo: Melhoramentos,2012.

ROJO, Roxane, **Letramentos Múlltiplos, escola e inclusão social**.1.ed.São Paulo: Parábola Editorial,2009.

SOARES, Magda, **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica,2006.

. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas**. 26ªReunião Anual da Anped, 2004.

. **Alfabetização e Letramento**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

TEBEROSKY, A.; COLOMER, T.; trad. MACHADO, A. M. N. **Aprender a Ler e a escrever: Uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WEISZ, T.; SANCHES, A. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**.2. ed. São Paulo: Ática, 2006